

A suspensão é temporária

A suspensão do pagamento de juros sobre a dívida externa por parte da Argentina não caracteriza uma moratória formal. Trata-se de contornar um problema passageiro de caixa e de aplacar as pressões políticas contra o governo Alfonsín. No caso, elas partem principalmente dos peronistas, cujo programa de política econômica tem, na decretação da moratória, um de seus principais pontos. Mas, se for possível, o pagamento dos juros poderá ser retomado logo em dezembro.

Essas são as impressões de representantes de bancos argentinos consultados ontem por O Estado. Eles acrescentaram que a Argentina está para receber dinheiro novo por parte dos bancos credores, no termo do acordo de renegociação da dívida externa concluído em agosto passado. A primeira parte desses recursos foi liberada em fins de setembro, mas os credores atrasaram o restante. Isso explica também a suspensão atual do pagamento dos juros: é uma medida que pode apressar os bancos e fazê-los cumprir mais rapidamente o acordo que assinaram.

As mesmas fontes lembraram que já é a quarta vez que o presente governo da Argentina suspende o pagamento de juros por curto período, o que não chega a caracterizar uma moratória, como aquela decretada em 20 de fevereiro pelo Brasil. É outra razão pela qual o presidente Raúl Alfonsín não anuncia publicamente que se trata de uma moratória. Mesmo porque, segundo essas fontes, "na hora H o pagamento acaba sendo acertado". (O. Udry)